

Definição de Enfoques Epistemológicos e de Diretrizes para Inferências Causais

Definition of Epistemological Approaches and of Guidelines for Causal Inferences

Virgínia Caetano Baumhardt¹ 

Resenha de: BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. Causal case studies: comparing, matching and tracing. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

O campo teórico da causalidade em Ciências Sociais tem como principal marco a publicação do livro *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research* (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), de Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba, na primeira metade da década de 1990. A obra é paradigmática porque postula que as tradições de pesquisa quantitativa e qualitativa seguem uma mesma lógica de inferência. Ao longo das últimas décadas, foram publicados diversos livros e artigos a respeito de inferências causais e da ferramenta de *process tracing*, entre os quais *A Plea for Mechanisms* (1998), de Jon Elster; *Process Tracing in the Social Sciences: From Metaphor to Analytic Tool* (2015), de Andrew Bennett e Jeffrey Checkel; e *Rethinking Social Inquiry* (2010), de Henry Brady e David Collier.

Em 2016, Derek Beach e Rasmus Brun Pedersen, da Aarhus University, na Dinamarca, publicaram *Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching and Tracing* (BEACH; PEDERSEN, 2016). Os autores se colocam como integrantes de uma geração de acadêmicos pós-KKV. Para Beach e Pedersen, o debate sobre causalidade, nos estudos de caso, atingiu, agora, um nível de maturidade. As pesquisas atuais têm investigado as diferenças e semelhanças entre metodologias de causalidade - no que diz respeito às suas fundações ontológicas e epistemológicas; às situações de pesquisa nos quais cada metodologia pode ser utilizada; e às diretrizes para a utilização da metodologia.

Sendo assim, *Causal Case Study Methods* tem como objetivos analisar os diferentes enfoques epistemológicos, desenhos de pesquisa e métodos utilizados para fazer inferências causais; e apresentar um conjunto de diretrizes de como utilizar o método de *process tracing*. A obra é composta por nove capítulos. Os capítulos um e dois

¹ Doutorado duplo em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Politics and Policies pela Universitat Autònoma de Barcelona (2018). Professora do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus do Vale (IFSul, Porto Alegre, RS, Brasil). E-mail: virginia.baumhardt@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3130-0431>.

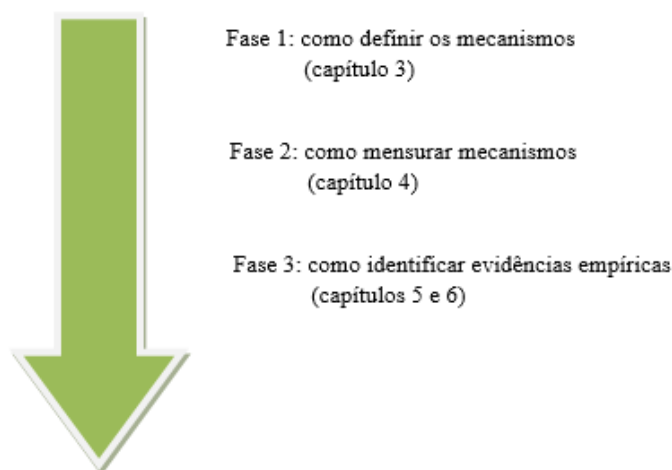
apresentam a pesquisa em estudos de caso e as diferentes compreensões filosóficas a respeito da causalidade. Os capítulos três a seis explicam as diretrizes metodológicas e dispõem de um conjunto de sugestões para a definição de inferências causais. O capítulo sete aborda métodos comparativos; o oito, métodos congruentes; e o nove, métodos de *process tracing*.

Beach e Pedersen (2016) definem caso como uma unidade de análise contingente dentro da asserção teórica feita pelo pesquisador. Essa unidade deve ter, ainda, um escopo espacial e temporal. No capítulo dois, os autores discutem diferentes enfoques a respeito da causalidade. Na literatura de metodologia para Ciências Sociais, existem, simplificadaamente, três posições principais a respeito da natureza dos mecanismos causais. São elas: mecanismos são séries de eventos entre a ocorrência de X e Y, na forma de uma narrativa; mecanismos são variáveis intervenientes que conectam X e Y; e, por fim, mecanismos são um sistema de fatores que transmitem forças ou poderes causais, de X a Y. No livro, os autores se filiam à terceira perspectiva, na qual há interesse no processo pelo qual X produz Y. Mecanismos causais são, assim, definidos como sistemas teóricos que conectam X e Y. Os mecanismos são, ainda, pesquisados de forma independente das causas.

Beach e Pedersen (2016) advogam que *Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching and Tracing* utiliza perspectivas metodológicas pluralistas. O objetivo dos autores, assim, é analisar causas observáveis — de forma contextualizada — e seus efeitos empíricos. Entendemos, no entanto, que Beach e Pedersen (2016) se apropriam do enfoque neopositivista para explicar os estudos de caso, uma vez que buscam evidências empíricas que possibilitem testar inferências feitas pelos pesquisadores.

Os capítulos três a seis apresentam um conjunto de diretrizes metodológicas para a definição de inferências causais, em estudos de caso. Essa seção do livro está organizada da seguinte forma: o capítulo três explica como definir mecanismos causais a partir de atributos de conceitos teóricos. O capítulo quatro aponta como mensurar os referidos mecanismos causais. Finalmente, os capítulos cinco e seis mostram como identificar evidências empíricas que sustentem as inferências feitas acerca das relações causais. O processo se divide, então, em três etapas: definição dos mecanismos; mensuração; acesso a casos individuais.

Figura 1 - Estrutura dos capítulos



Fonte: elaboração própria

O objetivo do capítulo três é compreender quais atributos dos conceitos teóricos são relevantes para cada tipo específico de afirmação causal. Com isso, o pesquisador deve estar apto a traduzir conceitos abstratos como democracia e poder em condições causais teóricas possíveis de serem analisadas. A partir dessas condições, é possível formular afirmações acerca das relações causais que explicam um determinado fenômeno social.

No trabalho de definir os conceitos, o pesquisador deve: mapear as definições previamente existentes; fazer um *brainstorm* acerca de quais atributos do conceito são casualmente relevantes para o problema; escolher os atributos e explicar como eles se relacionam entre si; refinar as definições dos conceitos, com base na análise empírica e em revisão teórica. Depois que as causas e os efeitos são definidos, é necessário explicar, de forma clara, a relação entre ambos. Para isso, o pesquisador deve decidir que tipo de explicação teórica utilizará e caracterizar a relação causal que está sendo proposta.

O capítulo quatro concentra-se em mensurar os conceitos causais. O objetivo é desenvolver definições de um conceito que ajudem a identificar referentes empíricos, nos casos. O processo de mensurar, assim, responde à seguinte pergunta: como sabemos se o caso A integra o conceito X, quando vemos ele (caso) no mundo real? A mensuração, ainda, opera de forma dedutiva e indutiva; e as orientações não devem seguir uma cronologia.

Os capítulos cinco e seis têm como objetivo explicar quais dados empíricos podem ser definidos como evidências relevantes para embasar inferências acerca de relações causais, nas metodologias de estudo de caso. O capítulo cinco apresenta os aspectos teóricos do modelo proposto por Beach e Pedersen (2016); enquanto o capítulo seis, por sua vez, mostra os procedimentos para acessar esse conteúdo, no material empírico.

As avaliações teórica e empírica das evidências são designadas, respectivamente, na literatura, de transparência analítica e de produção. Segundo Moravcsik (2014), transparência analítica é um processo pelo qual cientistas sociais devem divulgar como mensuram, interpretam e analisam dados. Já a transparência de produção é aquela na qual devem divulgar o conjunto mais amplo de escolhas de desenho de pesquisa que fizeram. Com isso, Beach e Pedersen (2016) formulam perguntas que o pesquisador deve fazer para verificar a confiança de uma relação causal. O capítulo seis indaga se as evidências identificadas possibilitam inferências causais ou descritivas; e se são fontes confiáveis para inferências causais.

Causal Case Study Methods apresenta um relevante e completo panorama da literatura de inferências causais, especialmente nas décadas de 2000 e 2010. A obra é um esforço considerável de debate epistemológico e de apresentação de diretrizes metodológicas. O conjunto de regras elencado pelos autores, no entanto, propõe procedimentos de pesquisa que, se seguidos à risca, tornam o processo demasiadamente específico e estático. Por outro lado, as diretrizes podem ser utilizadas pelo pesquisador como um conjunto de orientações fluidas e dinâmicas. Nesse sentido, consideramos proveitosas as seguintes contribuições: a definição de mecanismos causais como atributos de conceitos teóricos; a relação entre mecanismos causais e manifestações empíricas; e ferramentas para a transparência analítica, nas pesquisas.

A primeira orientação válida do livro refere-se à busca por atributos de conceitos teóricos que definam a relação de causalidade. Na nossa tese (BAUMHARDT, 2018), utilizamos os responsáveis pela definição da política regulatória para a TV por assinatura (BRASIL, 2011), no Brasil, como agentes na definição do problema e alternativas. As funções dos atores, no processo, foram definidas com base na literatura de políticas públicas, a saber: empreendedor, defensor, promotor, defensor. Com relação aos mecanismos, utilizamos a tipologia proposta por Tilly e Goodin (2006), quais sejam, mecanismos relacionais e cognitivos². Nosso trabalho foi de definir atributos das funções dos atores e, a partir dessas características, identificar os mecanismos presentes. Na função de empreendedor, foram identificados os seguintes mecanismos: apresentar soluções, em discursos; articular e liderar gestores; negociar política.

Essa contribuição de Beach e Pedersen (2016) está vinculada à segunda qualidade da obra, qual seja: a orientação na busca por manifestações empíricas dos mecanismos causais. O corpus da nossa pesquisa foi composto por 29 entrevistas semiestruturadas e documentos – registros públicos de atividades, projetos de lei, notícias e reportagens. Realizamos um trabalho de mensuração indutiva e dedutiva dos mecanismos previamente identificados.

Por fim, *Causal case studies* (BEACH; PEDERSEN, 2016) postula que sempre haverá algum grau de subjetividade, nas pesquisas científicas. Assim, o pesquisador, ao descrever, de forma clara, as escolhas, os mecanismos utilizados, as manifestações empíricas e suas interpretações, em cada contexto, coloca as "cartas na mesa" para que outros pesquisadores possam compreender as decisões tomadas, ao longo do processo de investigação.

Referências

- BAUMHARDT, Virgínia Caetano. *Os tipos de governança da comunicação social na América do Sul, nas décadas de 2000 e 2010: o caso do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BEACH, Dérek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Causal case studies: comparing, matching and tracing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey Taylor (ed.). *Process tracing: from metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools shared standards*. Lanham MD: Rowman Littlefield, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011*. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm. Acesso em: 22 out. 2019.

² Os mecanismos relacionais são aqueles que alteram as conexões entre as pessoas, grupos e redes interpessoais. São identificados por palavras como aliado, atacar, subordinado e apaziguar. Já os mecanismos cognitivos operam por meio de alterações na percepção individual e coletiva dos atores. São identificados por palavras como reconhecer, reinterpretar e classificar.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert Owen; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- MORAVCSIK, Andrew. Trust, but verify: the transparency revolution and qualitative International Relations. *Security Studies*, London, v. 23, n. 4, p. 663-688, 2014.
- TILLY, Charles.; GOODIN, Robert Edward. It depends. In: TILLY, Charles; GOODIN, Robert Edward (ed.). *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006.